

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CIÊNCIA OU POLÍTICA? (POR UMA ANTROPOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Renata de Melo Rosa¹

Partindo do princípio enunciado por Clyde Kluckhohn de que a Antropologia “é uma licença intelectual para caçar em terreno alheio”² dedico este artigo a uma breve reflexão acerca das possíveis contribuições da Antropologia para o campo de estudos das Relações Internacionais.

O interesse acadêmico pelas relações estabelecidas entre as nações surge em meio à chamada crise de paradigmas das ciências sociais, a qual sugere a troca da tradicional oposição entre *explicação* e *interpretação* para um diálogo frutífero entre os dois métodos de análise³. A vantagem, a meu ver, de as Relações Internacionais constituírem um campo de estudos modernos é o fato de poder se constituir a partir do debate metodológico das ciências humanas cujo fruto mais promissor parece ser a hermenêutica.

As contribuições da Antropologia para o estudo das Relações Internacionais podem ser de diversas ordens, já que a primeira disciplina surge para tentar explicar o “outro” localizado nos territórios colonizados da África e da Ásia e me parece que a discussão acerca dos contatos interétnicos e inter-nacionais já está posta desde este momento. Entretanto, a partir da percepção de que as alteridades também se encontram no seio da nação, os estudos de Antropologia

¹ Coordenadora de Monografia do curso de Relações internacionais do Centro Universitário de Brasília.

² Citado por Clifford Geertz “Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento Social”, *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 36. A presente obra não apresenta referência bibliográfica sobre Clyde Kluckhohn.

³ Ver Roberto Cardoso de Oliveira, “O Lugar – e em lugar – do método” In: *O Trabalho do Antropólogo*, Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Urbana retiraram o foco internacionalista da disciplina sem, contudo ofuscar os trabalhos de cunho comparativo. Apesar das possíveis contribuições de caráter etnográfico, gostaria de destacar aquelas de ordem metodológica porque acredito que neste ponto está localizada a raiz da ambigüidade das Relações Internacionais.

Existe um consenso mais ou menos tácito de que os antropólogos devem fazer suas pesquisas de campo em comunidades onde possam experimentar abruptamente a condição de estrangeiro. O objetivo é demonstrar aos iniciantes a importância do estranhamento da realidade e tal tarefa é rapidamente alcançada no deslocamento entre nações ou comunidades. Esta experimentação radical da exclusão nos torna sensíveis aos detalhes da cultura que, de tão rotinizados, podem parecer naturais para os demais. É possível que a cultura se revele em pequenos, mas poderosos sinais de organização simbólica. Além do deslocamento geográfico, existe também um consenso a respeito do tempo de permanência em campo: a pesquisa deve durar o tempo suficiente para que compreendamos o funcionamento da rede de significados local, aprendamos o idioma e sejamos “incluídos” na comunidade. Nada disso pode ser calculado com precisão, pois o êxito de nossa pesquisa depende do modo através do qual iremos nos inserir naquela comunidade e muitas vezes não possuímos qualquer controle acerca disso.

Somos, assim, metodologicamente limitados pelo “outro” porque para entendê-lo é preciso que ele nos dê permissão. Numerosos são os casos em que isso não acontece. Basta lembrarmos dos famosos relatos de Evans-Pritchard entre os nuer, povo nilota nômade do sul do Sudão, onde o autor relembra que “os nuer são peritos em sabotar uma investigação e, enquanto não se morou com eles por algumas semanas ridicularizam firmemente todos os esforços para extrair os fatos mais corriqueiros e para elucidar as práticas mais inocentes”⁴.

Para ultrapassar as fronteiras enunciadas por Pritchard, inúmeras vezes experimentadas pela comunidade de antropólogos das formas mais diversas possíveis, o tempo é um companheiro eficaz. Isso porque

⁴ Evans E. Pritchard, *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999, p. 18.

felizmente não construímos laboratórios de observação da ação humana. Nosso desafio é tentar construir teorias suficientemente elásticas, que sejam capazes de falar das “conseqüências impremeditadas da ação”⁵, da arbitrariedade e da ausência de sentido do real, além das lógicas existentes na organização simbólica de qualquer sociedade. Para isso, é preciso que tenhamos consciência da nossa alteridade em qualquer comunidade que não seja a nossa. Por todos estes motivos, sabemos que a urgência de resultados de pesquisa não pode fazer parte do horizonte metodológico da Antropologia.

As reflexões de Clifford Geertz têm auxiliado na formação de um consenso mais ou menos duradouro a respeito da definição da cultura enquanto rede de significados, a qual deve ser compreendida somente nos contextos onde atua. Esta noção tem por objetivo retirar a importância da noção de cultura material para demonstrar a relevância da ação simbólica enquanto instância primeira de organização do mundo social. Vale dizer que o conceito de cultura atravessou um imenso caminho para alcançar este razoável consenso, o qual não será tratado neste artigo.

O método interpretativo, o qual Geertz retira as principais bases para formar seu conceito de cultura foi originalmente demonstrado por Max Weber. É dele uma das mais importantes e sofisticadas análises sobre ação social, a qual (incluindo omissão ou tolerância⁶) possui um sentido que é dado pelo agente e não pesquisador.

Se o campo de conhecimento das Relações Internacionais estiver disposto a se separar do compromisso de intervenção política para construir suas bases de cientificidade deverá redimensionar as condições metodológicas que lhes são impostas e recusar o *status* de reformadora do social. Além disso, deve rever o lugar do Estado e do Direito na organização de suas idéias mais caras porque o papel do Estado no diálogo entre as nações está imerso em um conjunto de disputas políticas a respeito da defesa do “interesse nacional”, fortemente marcado por preocupações econômicas e políticas. Na

⁵ Ver Anthony Giddens. *A Constituição da Sociedade*, São Paulo: Martins, 1995.

⁶ Ver Max Weber, “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, *Economia e Sociedade*, Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 13.

outra ponta, o Direito, enfatizado em grande parte para resguardar as nações dos acordos com os quais se compromete possui uma aplicação direta na realidade de acordo com um conjunto de leis internacionais. Entretanto, o conhecimento científico possui uma natureza diferente, pois está ancorado na busca de sentido para determinados problemas. Tais sentidos só podem ser concebidos pelos sujeitos das ações. Assim, a ênfase nestes dois focos de atuação parece reduzir o horizonte metodológico das Relações Internacionais já que as ferramentas de intervenção do Estado e do Direito não estão habilitadas a entender a natureza dos conflitos que afligem grande parte das nações. É na apresentação de seu método de trabalho que a Antropologia pode contribuir para dizer que não nos cabe resolver os dilemas que envolvem duas ou mais nações, mas entender a complexidade em que estão mergulhados. A seriedade em entender o ponto de vista do “outro” pode nos levar à raiz dos conflitos. E, a medida em que consigamos entender que cada grupo conflitante possui sua lógica e acredita nela com tamanha veemência que a faz parecer natural, estaremos construindo um conhecimento aproximado da realidade. O problema em construir uma teoria explicativa do real é que ela pode nos conduzir a constatações politicamente incorretas, como a impossibilidade da paz, do desarmamento, etc. Aí reside o dilema das Relações Internacionais: com qual campo será mais vantajoso se comprometer – com a ciência ou com a política?

O trabalho da Antropologia se resume em construir uma metalinguagem capaz de articular o discurso nativo com a linguagem teórica. Através de seus famosos trabalhos de campo, cujo objetivo é a observação e participação direta em comunidades locais esta disciplina foi capaz de produzir um número significativo de etnografias a respeito da vida de inúmeras comunidades espalhadas pelo mundo. Deste método, surgiram descobertas como a universalidade do tabu do incesto e da religião e inúmeros conceitos puderam ser revistos à luz das realidades locais, à medida que a importância atribuída ao papel do Estado, da sociedade civil, da democracia e dos direitos humanos nas sociedades ocidentais encontra importantes limitações para explicar a variedade das ações humanas nos mais diversos rincões do planeta. Neste desfazer de malas conceituais, a teoria antropológica se redefine

a cada novo mergulho teórico e etnográfico comprometido com o entendimento do ponto de vista do “outro”.

Parece que as Relações Internacionais devem deixar de perseguir com tanta veemência o lugar do Estado e seu papel não porque exista um erro metodológico nesta procura ou que o Estado tenha perdido a validade, mas porque esta tarefa não nos leva ao ponto principal dos problemas. É certo que a relevância atribuída ao papel do Estado se deve ao fato de esta disciplina ter certa urgência na resolução de determinados conflitos que, com toda certeza, devem cessar para que as vidas humanas sejam poupadas. Entretanto, penso que é exatamente na aflição em resolver conflitos que reside um problema existencial da disciplina que deve ser tematizado o quanto antes a respeito do caráter da disciplina, se político ou científico.

É bem possível que a escolha por uma dessas filiações possa ser seguida de uma crise disciplinar, mas é imprescindível que os estudiosos dessa área tomem consciência do problema identitário ao qual estão defrontados. E, infelizmente, nesse caso, não é possível ficar com as duas opções, pois elas se excluem mutuamente. Minha defesa consiste na opção da ciência e explicarei porquê.

O caminho pela elaboração de um conhecimento científico acerca dos conflitos que envolvem duas ou mais nações requer o descomprometimento com a resolução destes porque não é tarefa do pesquisador propor nenhum tipo de intervenção na realidade. Esta aparente irresponsabilidade é parte das inúmeras estratégias de formulação de teorias capazes de responder pelas mais variadas realidades e dessa forma, atingir seu caráter universal. Foi possível chegar à universalidade do conhecimento nas ciências sociais através de distintos modelos: tipos ideais, materialismo histórico, ou simplesmente pelo tratamento dos fatos sociais como coisas. Entretanto, as Relações Internacionais podem dispor da observação participante e se ocupar de compreender o “outro” e os sentidos por ele manifestados. Pode ser que o “outro” nos desagrade, que não achemos justos os seus argumentos, mas uma boa etnografia é aquela capaz de reproduzir o ponto de vista alheio com o máximo de fidelidade, no qual certamente estaremos incluídos. Não se trata de retomar o velho paradigma da neutralidade, mas apontar como é possível chegar à

construção de um conhecimento objetivo acerca da realidade. E chegue-se até ele a partir da tomada de consciência de nosso lugar como pesquisadores – homens ou mulheres, naquela comunidade. É possível que todo o conhecimento que obtivermos seja retalhado por nossa identidade de gênero, racial, nacional, etc. e pode ser que não obtenhamos quase nada exatamente pelos mesmos motivos. Isso porque o mundo social não é um laboratório à nossa espera e nem está disposto à nossa manipulação e aos objetivos de nossa pesquisa. Por isso, tudo pode acontecer. E parte do descompromisso que a ciência social deve ter em relação à aplicação de políticas específicas talvez seja fruto da extrema tomada de consciência de nossa desimportância na vida cotidiana dos indivíduos, regida por suas próprias motivações. Assim, quanto mais descomprometida com a intervenção social for uma ciência social, mais próxima estará da realidade.

Aproximar-se da realidade não é tarefa fácil porque ela é devastadoramente sem sentido. Possui uma força totalmente arbitrária que amedronta as mentes acostumadas a acreditar que é possível impor à vida humana as mesmas regras lógicas existentes nas experimentações das ciências exatas. Dentre os clássicos, talvez Weber tenha sido aquele que com mais intensidade tomou consciência de que a realidade não é passível de apreensão em sua totalidade. De posse desta constatação, restou-lhe construir tipos ideais – fatias organizadas da realidade que só podem ser avaliadas em termos meramente abstratos. Marx e Durkheim ocuparam-se, cada qual a seu modo, em revelar a lógica inerente do social. Para eles, o exercício do pensamento científico consistia na descoberta de leis gerais para depois desfazê-las, no caso de Marx ou conservá-las, no caso de Durkheim. É certo que Weber também propôs diagnósticos sobre o futuro, como a ascensão da burocracia e a perda de lugar da criatividade no mundo moderno, mas seus conceitos de classe⁷, raça⁸, dominação e ação social apontam a dimensão do sujeito que, ao

⁷ Ver Max Weber, “Estamentos e Classes”, *Economia e Sociedade*, op. cit., pp. 199-206.

⁸ Ver Max Weber, “Relações Comunitárias Étnicas”, *Economia e Sociedade*, op. cit., pp. 267-277.

pertencer à determinada classe e raça não se sente obrigado com os demais de seu grupo, posto que os laços sociais se estabelecem por outros motivos, principalmente pela subjetividade.

Talvez seja pelo fato de Weber ter sido um dos cientistas sociais que menos importância atribuiu ao tema da intervenção social que dele possamos retirar as mais valiosas contribuições em teoria social. Acredito que o estudo das Relações Internacionais deva estar desvinculado da intervenção prática, pois toda cautela é pouca quando o tema é intervir no mundo social. É preciso que entendamos sua dinâmica e isso exige certo acúmulo de pesquisas etnográficas, centradas nos sujeitos e não nos Estados ou nas Constituições. Isto porque não são os indivíduos que devem se aproximar dos conceitos, mas pelo contrário, são estes que devem estar imbuídos da responsabilidade de abarcar a diversidade das motivações das ações sociais. A experiência etnográfica e a convivência prolongada com o “outro” criaram a Antropologia. É claro que existem muitas pesquisas antropológicas realizadas por encomenda e muitos antropólogos se ocupam deste tipo de tarefa com muita maestria. O problema está em submeter uma disciplina inteira a determinados interesses, sejam eles os mais nobres possíveis, como a manutenção da paz, por exemplo. Porque qualquer tipo de compromisso assumido por um campo de conhecimento implicará na afirmação do formato disciplinar adotado.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*, Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*, São Paulo: Martins, 1995.
- PRITCHARD, Evans E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*”, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Brasília: Ed. Unb, 1994.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.2, p. 9-15, jul./dez. 2004